Etnólogo suíço mantém a opinião sobre os índios

ELIANA LUCENA

Da Sucursal de Brasília

O trabalho do etnólogo suíço René Fuerst, que mais diretamente contribuiu para a proibição de seu ingresso nas áreas indígenas brasileiras, foi divulgado esta semana em Brasília. Trata-se de uma bibliografia sobre o problema indígena e a política brasileira na região amazônica, que, na primeira edição, publicada em alemão, ostenta título que desagradou as autoridades brasileiras: "Bibliografia sobre o genocídio de índios no Brasil".

René Fuerst sofreu a palavra genocídio da nova edição, mas o conteúdo do trabalho é o mesmo. A apresentação de trechos dos principais livros e trabalhos publicados entre 1957 e 1972 por estudiosos brasileiros e estrangeiros, entre eles Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Cesar Mellat, Herbert Baldus, Georg Grunberg. Todos os trabalhos escolhidos apontam problemas enfrentados pelas comunidades indígenas brasileiras, e mostram a preocupação de seus autores com a possibilidade de extermínio das diversas tribos.

Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta, por exemplo, no trecho de seu livro "Índios e castanheiros", escolhido por René Fuerst, afirmam que "os desejos de extinguir os silvicultores; quer biologicamente pelas chamadas expedições punitivas, quer socialmente por um tipo precário de proteção, são determinados por um mesmo objetivo: a posse das terras ocupadas pelos grupos tribais".

ETNOLOGO VIAJA

Depois de tentar inutilmente a revogação da decisão do Conselho Indigenista da Funai, proibindo sua entrada nas áreas indígenas, René Fuerst, que nos últimos vinte anos estudou as comunidades indígenas brasileiras, retorna esta semana a Genebra. Nem mesmo a interferência da embaixada suíça, em Brasília, conseguiu modificar a posição da Funai.

Magoado, o etnólogo prometeu responder à Funai na Europa, tão logo apresente um relatório sobre o insucesso de sua viagem ao Brasil ao governo suíço. René Fuerst, que dirige atualmente o Centro de Informações sobre os Índios da Amazônia, Amazind, afirmou em Brasília que a decisão da Funai "não vai interromper sua carreira, nem tampouco afastá-lo da luta que vem sustentando há vinte anos em favor das comunidades tribais".

René Fuerst discorda da afirmação de que ele é um dos responsáveis pela denúncia difundida na Europa sobre a prática de genocídio contra os índios no Brasil. "Realmente foram publicados muitos trabalhos sensacionalistas — afirmou — como "O massacre de índios", de Lucien Bogard. Eu, no entanto, tenho buscado levantar os reais problemas do índio, bem como as distorções encontradas na política indigenista brasileira. Estou certo de que o governo brasileiro não aplica uma política de genocídio, mas não posso negar a existência de falhas no trabalho de proteção dessas comunidades.

Antes de deixar Brasília o etnólogo apresentou sua longa folha de serviços ligados à causa indigenista, fato que na

opinião de alguns técnicos indigenistas poderá gerar uma nova onda de desconfiança quanto à política indigenista brasileira, no exterior. René Fuerst, além de dirigir a Amazind, é membro das seguintes sociedades científicas: "Société des américanistes", Genebra; "Société Suisse D'Ethnologie", Basileia; "International Comité on Urgent Ethnological Research", Viena; "International Work Group for Indigenous Affairs", Copenhague; "European Council for Indigenous Peoples", Londres; e aborígenes "Protection Society", Londres. No ano passado o etnólogo foi convidado por Ralph Nader para a conferência realizada em Washington sobre o destino dos índios da América.

AS POSIÇÕES DO ETNOLOGO

René Fuerst vê o problema do índio brasileiro "com a mais profunda inquietação". "Dado não somente o reduzido número de tribos ainda existentes, mas também a presente política da Funai e seus resultados, o futuro do índio brasileiro já está selado, a menos que haja uma completa mudança na política indigenista".

Para ele, a política do governo deve estar voltada para a defesa intransigente das terras e da cultura dos índios. Profundo admirador dos irmãos Villas Boas, ele acha que a Funai deveria interferir o mínimo possível na vida das comunidades tribais, retardando ao máximo o processo de integração.

Observa o etnólogo que a chamada "integração indígena" no Brasil apresentou até agora resultados desestimulantes. Os Ticunas e os Maues, por exemplo, do Estado do Amazonas, já convivem normalmente com os civilizados, mas não passam de caboclos, que enfrentam toda sorte de dificuldades materiais.

"Os resultados negativos da política indigenista brasileira, especialmente a partir de 1969, com a abertura das estradas de integração nacional, estão liga-

dos ao fato da Funai estar vinculada ao Ministério do Interior, responsável pela aplicação dos planos de expansão econômica na Amazônia" — afirma.